

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - MDHC
ATA DA 5ª REUNIÃO PRESENCIAL
GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SALES PIMENTA

Nos dias quatorze, quinze e dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro, no Edifício Parque Cidade Corporate - 8º andar, Auditório Ana Paula Crossara, Setor Comercial Sul - Quadra 9 - Torre A, Brasília-DF, foi realizada a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta.

Estiveram presentes no dia 14/05/2024 Conselheiros e Conselheiras dos órgãos: FNDC, CONTAG, CEJIL, Artigo 19, Terra de Direitos, Justiça Federal, ABGLT, MST, MPI, Diretoria de Defesa – MDHC, MJSP, MDA, SG/PR), MIR, SMDA, MDA, MPI.

Estiveram presentes no dia 15/05/2024: Conselheiros e Conselheiras dos órgãos SNDPI/MDHC, INCRA, MDA, ONU Mulheres, CONTAG, CEJIL, Artigo 19, Terra de Direitos, Justiça Federal, ABGLT, MST, MPI, Diretoria de Defesa - MDHC, MJSP, MDA, SG/PR, MIR, SMDA, FNDC, Vida e Juventude, FLACSO.

Continuamente, para agenda dos dias de reunião, foi apresentado o seguinte: **Proposta de Pauta, dia 14/05/2024:**

09h00 - Abertura;

09h15 - Apresentação das minutas das Atas de novembro e dezembro de 2023 e de janeiro, março e abril de 2024;

09h30

1. Portaria de Prorrogação de Funcionamento do GTT Sales Pimenta - SEI 4258142,
2. Parecer Conjur - SEI 4202487,
3. Orçamento para o GTT Sales Pimenta, 4. Consultorias GTT Sales Pimenta;

10h15 - Intervalo;

10h30 - Organização das Audiências Públicas Nacionais - uma para cada um dos eixos temáticos previstos para o Plano para as quais espera-se fazer convergir as contribuições recolhidas nas demais atividades de consulta;

12h00 - Intervalo para almoço;

14h00 - Escuta - Estado - Terra e Território;

16h00 - Intervalo;

16h30 - Escuta - Estado - Comunicadores;

17h30 - Encaminhamentos e encerramento do primeiro dia.

Proposta de Pauta, dia 15/05/2024:

09h00 - Escuta - Equipe Técnica Federal - Vida e Juventude;

10h45 - Intervalo;

11h00 - Atualizações e Informes - Consultas Públicas;

12h00 - Intervalo para almoço;

14h00 - Escutas Temáticas - Estado - Proteção com Escolta e Policiamento;

16h15 - Intervalo;

16h30 - Escutas Temáticas - Estado - Investigação, Responsabilização e Inteligência;

17h50 - Encaminhamentos e encerramento do segundo dia.

Proposta de Pauta, dia 16/05/2024:

09h00 - Escuta Pública - Aquilombar;

12h00 - Intervalo para almoço;

14h00 - Escuta Pública - Proteção de defensoras de direitos humanos a partir de uma abordagem de gênero, raça, sexualidade e território;

17h30 - Encaminhamentos e encerramento do terceiro dia.

Calendário das próximas reuniões: JUNHO - dias 11 e 12; JULHO - dias 09 e 10; AGOSTO - dias 13 e 14; SETEMBRO - dias 10 e 11; OUTUBRO - dias 08 e 09.

Abertura, dia 14/05/2024:

Abertura, dia 14/05/2024: O conselheiro deu boas-vindas a todos e deu por iniciada a 5ª Reunião Presencial do GTT, apresentando aos conselheiros e conselheiras os pontos da pauta dos três dias. Continuamente, seguiu com a apresentação das atas para aprovação. Foi sugerido que as atas fossem aprovadas na próxima reunião, visto que alguns conselheiros não receberam as atas via e-mail para leitura e contribuições de alteração.

O conselheiro sugeriu que as atas de novembro e dezembro de 2023 fossem aprovadas no dia 15/05/2023, e as demais, na próxima reunião, que ocorrerá nos dias 11 e 12 de junho de 2024. O conselheiro deu seguimento com o próximo ponto de pauta, que trata da Portaria de Prorrogação de Funcionamento do GTT Sales Pimenta por mais 6 meses, indicando que a tramitação já foi iniciada e que esse processo está aberto para algumas adequações, porém já está com providências para que seja publicada o quanto antes.

O conselheiro questionou a questão de como o GTT vai abarcar a demanda até outubro. A conselheira reforçou a fala do conselheiro, reiterando que precisa de calendário reverso, incluindo as atividades das consultorias, para que haja estratégias traçadas e alcance os objetivos que incluem ações e sentenças previstas pelo GTT. O conselheiro seguiu com a leitura do ponto de pauta do parecer da Conjur, sobre a impossibilidade de pagamento de diárias e passagens para suplentes, naquelas ocasiões em que o titular também estivesse presente.

Parecer 85, de 2024, parágrafo 13 - “Por fim, salienta-se que o parecer foi fundamentado mediante a seguinte questão, nos colegiados vinculados ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com representação de titularidade e suplência, é possível que o Ministério arque com os custos para emissão de passagens e diárias para membros titulares e suplentes simultaneamente, ou apenas é possível que as passagens e diárias de suplentes sejam custeadas na ausência do respectivo titular?”

Sobre essa questão, a Conjur se manifestou-se com a seguinte fala - Por fim, salienta-se que utilizar recursos públicos mediante a concessão de passagens e diárias para pessoa física que não exerce nenhuma atividade, haja vista que o suplente não pode desempenhar nenhuma atribuição na presença do titular, incompatibiliza com os princípios da moralidade administrativa, da supremacia do interesse público e da legalidade”. Em conclusão, à luz dos apontamentos realizados pela consultoria jurídica, abstraídas as questões de oportunidade e conveniência, bem como as relativas às questões orçamentárias, financeiras e de competência da área consulente, assenta-se que na hipótese dos órgãos colegiados integrantes da estrutura do MDHC com

representação de titularidade e suplência, apenas poderão ser concedidas passagens e diárias para membros titulares, sendo vedada a emissão simultânea para suplentes. Em adendo, a Conjur ressalta que, ademais o pagamento de diárias e passagens sem fundamento legal, configura em improbidade administrativa e necessidade de retorno ao erário dos valores despendidos.

Sobre esse aspecto, os conselheiros enfatizaram a importância e presença dos suplentes nas reuniões e em diálogos relacionados ao GTT. Ato contínuo, sobre o orçamento para o GTT Sales Pimenta, o conselheiro relatou que, na última reunião, havia clarificado que não havia rubrica específica para o GTT, e que estava dentro das demandas orçamentárias gerais da coordenação geral do programa defensores. Ressaltou o crescimento orçamentário do programa defensores, relatando os valores correspondentes dos respectivos anos: 2022 - um pouco mais de R\$10 milhões; 2023 - R\$18 milhões; e, 2024 - R\$27 milhões.

Em reuniões internas na secretaria, relatou a viabilidade orçamentária pós-debate, de R\$1,6 milhões para atividades do GT Sales Pimenta ao longo de 2024 para execução dos trabalhos e, caso necessário, suplementação para que o total de recursos alcance o valor de R\$1,8 milhões totais. A conselheira questionou se houve, antecipadamente, um orçamento com previsão dos gastos para melhor destinação e resultados das atividades a serem desenvolvidas pelo GTT. O conselheiro clarificou que, dentro do orçamento previsto de R\$1,6 milhões, estão incluídas: passagens e diárias dos componentes do GTT e de duas peticionários, passagens e diárias para consulta pública, passagens e diárias para as 4 audiências públicas nacionais; estrutura das reuniões e audiências em Brasília e as consultorias do GTT.

Sobre as consultorias GTT Sales Pimenta, relatou que há uma previsão orçamentária de R\$150.000,00, indicando que há necessidade de avanço da contratação de 3 consultores para o GTT, sendo 2 para sistematização e 1 para área jurídica, e que haverá no dia 15/05/24, publicação de edital para recebimento de curriculum e seleção de consultores para que os trabalhos iniciem ainda no mês de maio.

Seguidamente, foi abordado o assunto sobre a organização das Audiências Públicas Nacionais. O conselheiro relatou que a ideia é de que haja uma audiência pública para cada eixo temático, a saber: Eixo 1. Fortalecimento da proteção popular; Eixo 2. Institucionalidade protetiva; Eixo 3. Investigação e responsabilização; e, Eixo 4. Medidas protetivas e de reparação. A conselheira destacou que na reunião passada, em um grupo de trabalho de discussão prévia, o Dr. Enrico quer participar antes da formulação de uma proposta dessa organização.

O conselheiro reforçou que as audiências devem ser realizadas antes do início do período eleitoral, por isso a importância do calendário reverso e definições relevantes para a

execução dos trabalhos do GTT. Destacou que as escutas que serão feitas após o mês de julho serão de grande contribuição para os trabalhos do GT Sales Pimenta. A conselheira sugeriu que, na reunião prevista para junho/2024, seja dedicado espaço para que haja diálogo com as consultorias para avanço de execução de atividades e melhoria de escutas.

Após colaborações de conselheiros, ficou definido que, na reunião do mês de junho, será acrescido 1 dia, ficando com as datas definidas: 11, 12 e 13 de junho. Retomando a pauta da reunião, no período vespertino, o Dr. Enrico tomou a palavra saudando a todos e destacou a dificuldade do deslocamento por conta da catástrofe vivenciada no Rio Grande do Sul. Enfatizou a importância das audiências públicas e a importância do diálogo a respeito delas. Relatou a necessidade das audiências públicas temáticas no que se refere a segmentos de defensores e defensoras de direitos humanos. Reforçou que, as audiências devem ocorrer nas regiões predominantes de classe de defensores e defensoras, como, por exemplo, povos indígenas, quilombolas, dentre outros defensores e defensoras, pois o fator mobilidade nessa situação é importante.

O conselheiro discorreu sobre pontos que já haviam sido dialogados no período matutino com os demais conselheiros e conselheiras presentes. Sobre as audiências, reforçou a subdivisão dos 4 eixos para as 4 audiências propostas e, a partir daí, as atividades de consulta convergiam para cada eixo específico. O conselheiro relatou o dilema do curto tempo até a finalização do trabalho do GTT. A conselheira questionou a possibilidade de audiências públicas virtuais como meio de resgate de registros e público que não consiga comparecer presencialmente às audiências representativas de cada grupo como mulheres, pescadores, indígenas, dentre outros. A conselheira relatou estrutura limitada para o trabalho do GTT e ressaltou que o período eleitoral deve ser observado quanto à realização das audiências públicas e escutas. Destacou que as estruturas foram criadas dentro do MDHC para realização do trabalho através do GTT.

A conselheira relatou que em vários estados foram propostas atividades, mas que deixam de ser realizadas por ausência de recursos. Ressaltou a importância das audiências públicas para que haja priorização de segmentos e atividades a serem desenvolvidas com urgência. Concordou que as audiências sejam realizadas em Brasília com a correta representatividade da sociedade civil por meio dos segmentos indicados. O Dr. Enrico destacou que as escutas não substituem as audiências públicas, pois as audiências são atos formais e documentados e as escutas embasam essa formalidade. Reforçou que a escuta permanente apresenta avanço de discussão, sendo fundamental sua efetiva implementação pelo GTT. Ressaltou a necessidade de recursos para que, em tempo hábil, se façam as audiências públicas.

Sobre a escuta Terra-Território, a conselheira fez um informe relatando que houve reunião com a coordenação dos quilombos e relatou que ainda está acontecendo diálogo para o

segmento em específico. A conselheira destacou que deve-se haver diagnóstico e devolutiva de ministérios para a política de proteção de defensores e defensoras no cotidiano do trabalho. Ressaltou que deve-se criar fluxo geral da comunicação para posterior detalhamento e tratativa das especificidades vivenciadas por cada segmento.

O conselheiro relatou que cada área do governo que tem questões sensíveis, englobando as vulnerabilidades

Abertura, dia 15/05/2024:

O conselheiro iniciou a reunião apresentando a pauta do dia. A conselheira destacou a escuta a ser debatida no momento, que trata do tema “Vida e Juventude”.

A conselheira ressaltou a discussão com a perspectiva de que a política se efetive. Relatou que em 2024, 78% das pautas são ambientalistas. Relatou que lida com 480 casos ativos, considerando casos e análises, bem como acompanhamento.

O conselheiro relatou que a pauta de segurança é um dos maiores desafios de proteção no âmbito federal. Discorreu que alguns estados nem recebem os responsáveis pela segurança e risco, o que dificulta o trabalho. Citou como principal gargalo do trabalho para efetivação do plano nacional a atuação de competência. Sugeriu que se pense, dentro da segurança pública, estratégias e diálogos permanentes dentro das instituições para afetar essa competência e, ao mesmo tempo, trabalhar de que modo pode-se criar estratégias específicas pensando na pauta de atuação de cada uma das lideranças.

Seguidamente, partiu-se para a pauta do sistema de justiça. O conselheiro relatou que boa parte dos casos acompanhados apresentam demandas jurídicas e ausência de acessibilidade à defensoria pública, às instituições que oferecem o apoio jurídico gratuito. Precisa-se criar estratégias para que as pessoas tenham acesso assegurado a esses sistemas de assistência jurídica para acompanhamento de processos.

O conselheiro considerou que haja escutas qualificadas sobre o quadro atual dos programas estaduais e da equipe federal. Relatou que, mesmo que se conclua o trabalho previsto do GTT nos próximos 6 meses, será apresentado o plano, onde não há garantia de que o governo vá adotar. Então, precisa-se de efetivação concreta da política pública.

Ato contínuo, a equipe “Vida e Juventude” fez considerações finais, relatando que estão presentes para trabalhos além do GTT. Corrigiu a quantidade de casos ativos, que são 441, com atuação nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Seguidamente, retomou-se a pauta do dia anterior em relação à aprovação das atas de novembro e dezembro de 2023, que foram aprovadas pelos conselheiros e conselheiras. Foi relatado que, para aquisição de passagens, o período de antecedência para custeio pelo MDHC é de 25 dias.

A conselheira elaborou os encaminhamentos, relatando a manutenção da agenda da parte da manhã na próxima reunião, no dia 11 de junho, com inclusão da aprovação das atas não aprovadas e à tarde, fazer as escutas necessárias aos trabalhos do GTT. No dia 12 de junho, encaminhou-se discussão a respeito das audiências públicas, com continuidade no dia 13 de junho.

O conselheiro deu seguimento com debate sobre como se darão as audiências públicas nacionais. A conselheira relatou que, a princípio, as audiências públicas aconteceriam em 4 dias seguidos em julho, em Brasília. Após ponderações feitas pelo Dr. Enrico, clarificou-se a necessidade de que essas audiências sejam temáticas e que ocorressem não só em Brasília, mas também em outros territórios para garantia de participação efetiva de segmentos que não poderiam se deslocar.

A partir das contribuições feitas, ficou reconfigurada a questão das audiências públicas, tornando efetivadas as ponderações feitas pelo Dr. Enrico. Ficou definido que a audiência pública descentralizada ocorrerá em São Paulo, no dia 11 de julho, com o tema: Defensores e meio urbano. Para a Audiência Pública “Terra e Território”, ficaram definidas as datas dos dias 24 e 25 de julho, e a reunião ordinária no dia 23 de julho. Sugeriu-se simultaneamente polos da mesma audiência pública, mas presencialmente em Brasília.

Finalizados os trabalhos do dia, deu-se por encerrada a reunião.

Abertura, dia 16/05/2024:

A conselheira deu início à reunião indicando que na pauta do dia, haverá algumas participações de forma virtual, para escutas para elaboração da política nacional de proteção de pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadoras e ambientalistas.

Relatou que o debate proposto abrange a temática de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos a partir da abordagem de gênero, raça, sexualidade e território, e a ideia da atividade é reunir insumos para que possa trazer as perspectivas para o plano nacional em construção. Indicou que o assunto será debatido em dois blocos e com participação dos seguintes convidados, respectivamente: Bloco 1 - Raça e Território; e, Bloco 2 - Perspectivas de gênero e sexualidade. Ressaltou que, no momento de abertura de inscrições, haverá mescla de participantes virtuais e presenciais.

Ato contínuo, o conselheiro discorreu sobre o Grupo de Trabalho Sales Pimenta, informando que o GTT nasceu a partir de duas decisões judiciais para criação de plano nacional de defesa dos direitos humanos, comunicadores e ambientalistas. E que surgiu no final de 2023, relatou que o GT é paritário em relação à representação da sociedade civil e os órgãos de governo, e que o intuito das escutas é dispor de subsídios para a formulação do plano nacional.

Partindo para a fala do segundo bloco, a respeito das perspectivas de gênero e sexualidade, a convidada se apresentou e falou sobre a associação Coturno de Vênus, que é relacionada às atividades de mulheres lésbicas. Relatou que a associação existe desde 2005, e trabalha com políticas de proteção às mulheres lésbicas alvo de ataques por parte da sociedade brasileira. Suscitou os 5 eixos abrangidos pela associação que são: autoidentificação, saúde, violência, redes e educação. Relatou dados sobre o lesbofeminicídio e o quanto precisa-se avançar a proteção para essas mulheres, que são alvo de ataques por motivos além do gênero feminino, mas também por serem lésbicas.

A convidada interveio a partir da abordagem da associação nacional de travestis e transsexuais, saudou a todos e destacou a importância das casas de apoio para acolher as pessoas LGBTQTS e o preconceito estrutural que ocorre por muitas vezes, mas vem sendo quebrado a respeito da participação dessas pessoas nas políticas públicas gerais. Relatou que, infelizmente, existe estigma contra o protagonismo das pessoas trans.

Ato contínuo, foi aberto o momento de inscrição dos conselheiros para falas de até 3 minutos. A conselheira demonstrou satisfação por iniciativas concretas a respeito da defesa dos direitos humanos. Destacou a invisibilidade que ocorre por muitas vezes no âmbito das pessoas LGBTQIAPN+ e a dificuldade de dados oficiais para incidência de políticas públicas direcionadas a essas pessoas e mecanismos mais eficazes de proteção.

A conselheira relatou a desqualificação da vítima pessoa trans e quais os desafios para o GTT para o avanço disso dentro do sistema de segurança pública. A conselheira questionou como é feita a avaliação da política pública instituída para o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ e mulheres, e sugestões do que é importante ser observado no plano

para aproximar essa política pública desse público específico, respeitando as individualidades.

A convidada narrou que é importante que, independentemente do segmento, as pessoas devem estar seguras do que e quem são e buscar a paridade social tanto em relação às mulheres lésbicas quanto travestis e transsexuais. A convidada agradeceu a participação e relatou dados relativos à violência contra mulheres lésbicas e a invisibilidade de pessoas LGBT, e que a luta deve ser contínua para que se alcance a paridade social, pois o respeito deve prevalecer como direito mínimo das pessoas. Destacou que o racismo, a homofobia e o preconceito contra lésbicas, transsexuais e travestis apresentam o maior índice de violência no país. Enfatizou que a intolerância religiosa também é aspecto relevante no país e que a liberdade da fé deve ser respeitada em qualquer tipo de crença e religião.

Continuamente, a conselheira ressaltou a mudança da temática de discussão para o bloco um, que trata de raça e território. A convidada saudou a todos e destacou que falar sobre os defensores dos direitos humanos atualmente é um desafio e meta a ser perseguida. Relatou situações de ataque a pessoas e meio ambiente, principalmente no estado do Maranhão. Destacou que deve-se pensar em formato de programa de proteção coletivo que de fato proteja os defensores e defensoras de direitos humanos.

A convidada saudou a todos e destacou a importância do GT Sales Pimenta e as propostas de defesa de direitos humanos propostas. Destacou que, ser defensora de direitos humanos, não é uma tarefa fácil e que a temática deve ser alavancada, principalmente por conta da falta de orçamento. Logo, o governo deve priorizar o olhar para essa política de proteção fundamental para o país.

A convidada relatou que há um novo projeto que foi aprovado até 2026 que trata dos direitos humanos e emergências climáticas. Reforçou que se precisa sair da zona de senso comum para alcançar a debatida proteção aos defensores e defensoras dos direitos humanos. Relatou que o próprio estado sempre apresenta uma ameaça para o defensor.

O conselheiro acrescentou que a vinda do GTT se consolidou juntamente com a construção de uma rede de proteção integral aos defensores e defensoras de direitos humanos de representantes de vários municípios da baixada fluminense. Relatou que um dos encaminhamentos levantados foi como contribuir para a promoção integral de mães e familiares que denunciam a violência policial e a atuação de grupos de extermínio, inclusive a participação de criminosos na esfera do poder público.

O conselheiro complementou a respeito das questões dos licenciamentos ambientais para desmatamento, que causa violência. Informou que pretende promover a cassação de licenciamentos ambientais que causam desmatamento.

A conselheira reforçou que a proteção deve ser coletiva. A convidada seguiu com as considerações finais sobre o bloco, destacando a necessidade de assessoria jurídica para proteção de defensores e defensoras de direitos humanos. A convidada relatou que deve existir o fortalecimento da sociedade civil e combate à violação dos direitos humanos.

A conselheira agradeceu às contribuições realizadas e deu por encerrada as atividades do dia.